

IGREJA, SACRAMENTO DE SALVAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II deu à Igreja o apelativo de sacramento em diversas passagens, de grande significado.

A Igreja, em Cristo, é como o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano, escreve a *Lumen Gentium* no cap. I,1.

A Constituição sobre a Igreja reforça esta significação aplicando-a a toda a história da salvação e desenvolvendo a exemplaridade de Cristo e de Israel, para escrever a dada altura: «Aos que se voltam com fé para Cristo, autor da salvação e princípio de unidade e de paz, Deus chamou-os e constituiu-os em Igreja, a fim de que ela seja para todos e cada um, sacramento visível desta unidade salutar» (LG. 9).

É porque é sacramento de salvação que a acção litúrgica não é acção privada, mas celebração da Igreja, que é sacramento de unidade, povo santo reunido sob a direcção do Bispo, escreve a constituição sobre a liturgia em seu n. 26.

Promover a unidade é efectivamente algo que se harmoniza com a missão essencial da Igreja, pois ela é em Cristo como que o sinal ou sacramento da íntima união do homem com Deus e dos homens entre si, escreve a *Gaudium et Spes* (n. 42).

Ora mais que os títulos descritivos, apresentados no capítulo I da *Lumen Gentium*, esta designação contém uma afirmação sobre a própria essência da Igreja.

Nesta afirmação o que ressalta é por um lado o facto da salvação designado em categorias sacramentais e por outro a forma de comunicação dos bens salvíficos específica da Igreja. O que quer dizer em

definitivo, que, segundo o Concílio, a Igreja não é somente causa da salvação como diria o Concílio de Trento, mas também dom dessa mesma salvação. Como causa a Igreja aponta para si mesma. Como dom, aponta para lá de si mesma...

Como afirmou um esclarecido comentador da Constituição sobre a Igreja, *Lumen Gentium*, a expressão, que nos aparece no capítulo I,1, «a Igreja em Cristo é como o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano», é um ponto de extrema importância. E isto porque esta denominação perpassa toda a subsequente visão da Igreja⁽¹⁾.

Após uma definição fortemente jurídica, derivada sobretudo da teologia tridentina, a Constituição estabelece uma definição mais próxima do mistério, que explana todo o capítulo I da *Lumen Gentium*, partindo da ligação entre Igreja e mistério trinitário tão típica da Eclesiologia dos seus primeiros séculos, mormente oriental.

Com esta feliz expressão, Igreja-sacramento de salvação, dá-se uma espécie de descentração da Igreja em relação a si mesma, para dar relevo à sua ligação a Cristo e portanto ao seu carácter revelador, e à sua ligação com o mundo e portanto ao seu carácter de signo.

1. A origem da expressão

A expressão sacramento de salvação antecede, no capítulo primeiro da *Lumen Gentium*, uma série de metáforas da Igreja hoje consignadas no nosso vocabulário eclesiológico e quase banais: povo de Deus, esposa, corpo de Cristo. Mas ao mesmo tempo sintetiza-as de forma sistemática: em toda a sua acção litúrgica, profética ou caritativa, a Igreja é um mistério revelador da vontade salvífica do Pai.

Segundo o Concílio de Trento, os sacramentos têm em comum «serem símbolo da coisa sagrada e forma visível da graça invisível»⁽²⁾. Mas a categoria «mistério», para traduzir a tensão entre o divino e o humano na Igreja, é tradicional na Igreja.

⁽¹⁾ G. MARTELET, *Horizon théologique de la deuxième session du Concile*, em «Nouvelle Rev. Théologique», 96 (1964), 449-468.

⁽²⁾ DENZINGER — 876.

Desde o segundo século a palavra *sacramentum* é usada pela cristandade de língua latina para designar a palavra grega *mysterion*. Esta palavra designava, no domínio religioso, o plano da criação estabelecido por Deus e seu intento com a história do mundo que ele revela a seus fiéis. Trata-se sempre nos textos bíblicos duma revelação que permanecerá oculta e de que alguns apenas são os confidentes.

Esta significação é correntemente empregada por S. Paulo. Segundo este apóstolo, em Cristo a graça salvadora e o amor do Pai para com os homens apareceram a todos os homens (Tito 2,11) e tornaram-se eficazes no mundo. Ao nascer, ao morrer pelos nossos pecados, e ao ressuscitar para nossa justificação (Rom. 4,25; Gál. 4,4), ao ser criado pelos pagãos, é realizado o mistério escondido desde os tempos em Deus.

Os passos da vida de Jesus, a sua força implicativa para a vida dos cristãos são designados por Justino e Inácio no séc. II como mistérios. Em Justino e Melitão, a palavra mistério passa a designar as profecias do AT, numa significação próxima de prefiguração. Orígenes dar-lhe-á um cunho escatológico entre o já realizado do mistério e o ainda não.

Para os cristãos de língua latina já por volta do ano 200 a palavra passa a designar os grandes ritos, sobretudo do Baptismo e da Eucaristia, na tradução por *sacramentum*. Durante o auge do pensamento patrístico nos séculos IV e V em que o pensamento cristão e a celebração cristã receberam a sua estrutura definitiva para vários séculos, o *sacramentum latinum* e *mysterion grego* eram sinónimos e ambos designavam um amplo leque de significações que ia desde o desígnio de Deus até às suas prefigurações e à sua celebração.

Foi sobretudo a relação entre a Igreja e a história da salvação, adquirida pela Igreja Católica com a reforma bíblica e litúrgica desde o começo do século, que levou a esta consideração da Igreja como valor dinâmico e não estático que não vale por si, mas na medida em que é sacramento para o mundo.

E esta relação entre a Igreja e a história da salvação levou também à consideração da vida sacramental da Igreja, não apenas através dos sacramentos, mas em todas as suas acções. A Igreja não é o

oitavo sacramento ou mais um sacramento mas sim, para utilizar a expressão dos estudiosos primeiros desta noção, o sacramento primordial⁽³⁾.

Mais longe esta expressão tem um conteúdo cristológico: a Igreja é como que em Cristo, diz a *Lumen Gentium*. De facto o encontro do homem criado com Deus realiza-se numa história de salvação de que a sacramentalidade de Jesus é o paradigma.

Israel, povo de Deus, é já sacramento, povo entre os povos, luz para as nações, rosto visível dum Deus invisível, mas na medida em que tende para um Messias salvador. Este é sacramento do encontro com Deus, segundo a feliz expressão de Schillebeeckx⁽⁴⁾ na medida em que, para os contemporâneos de Jesus, o encontro com esse mesmo Jesus era um convite ao encontro pessoal com o Deus vivo, pois aquele homem — havia que descobri-lo na fé — era pessoalmente o Filho de Deus.

Os actos humanos de Jesus, sem excepção porque n'Ele havia uma união substancial entre a humanidade e a divindade, são portanto sinal e causa da graça. Sinal e causa da salvação não estão aqui justapostos como dois elementos estranhos, mas ligados substancialmente. Daí a importância soteriológica das definições dos Concílios.

Indo mais longe e seguindo ainda aqui o grande teólogo dos sacramentos que é Schillebeeckx, os actos humanos de Jesus são manifestação do amor de Deus pelos homens e ao mesmo tempo sinal da busca do amor humano para com Deus.

Ou seja, os actos de Jesus manifestam, de maneira descendente, o amor de Deus aos homens, e, de maneira ascendente, o reconhecimento do homem da permanência de Deus na sua vida. A sacramentalidade de Jesus, paradigma de toda a sacramentalidade, é, ao mesmo tempo, dom de santificação e culto.

⁽³⁾ Sobre este assunto são clássicos os estudos de H. DE LUBAC, *Méditation sur l'Eglise*, Paris, 1953; K. RAHNER, *Die Gliedschaft in der Kirche nach der Lehre der Enzyklika Pius XII Mystici Corporis Christi* em «*Scriften zur Theologie*», II Einsiedlen, 1958 (ed. espanhola «*Escritos de Teologia*», II, Madrid, Taurus, 1961, pp. 9-65); e sobretudo o trabalho de OTTO SEMMELROTH, *Die Kirche als Ursakrament*, Frankfurt, 1952, 47-54.

⁽⁴⁾ *Cristo, sacramento do encontro com Deus*, Petrópolis, «*Voices*», 1968.

«Como «Servidor de Deus», Jesus humilhado, por sua vida de amor sobre a terra e de obediência até à morte, adquiriu para nós a graça da Redenção e, glorificado junto do Pai, Ele pode comunicar-nos abundantemente esta graça, como Cristo e Senhor. Esta realidade da salvação exige um exame atento porque encontramos nela o fundamento do sentido da sacramentalidade eclesial em sua relação com o Kyrios ou Senhor ressuscitado e glorificado e portanto com o Espírito Santo»⁽⁵⁾.

O coração da Igreja, em Cristo, é pois a acção salvadora de Deus. Esta acção salvadora resume a sua natureza e a sua missão. A Igreja crê e anuncia esta acção, simultaneamente como proclamação e como acção de graças, como kerigma e como Eucaristia. E fá-lo naturalmente constituindo-se sinal, isto é, sinal de salvação para este mundo.

2. O significado duma escolha

Se a expressão Sacramento de salvação é primordial no Concílio, por quê os padres conciliares a escolheram? E qual a significação desta escolha para a pastoral? Trata-se duma escolha insignificante ou irrelevante?

Esta pergunta tem particular importância numa semana como esta que tem como tema geral Liturgia e Pastoral da Fé.

Na verdade não raro reduzimos as normas litúrgicas ao âmbito do mero reformismo, não raro colocamos a liturgia desligada de todo o agir da Igreja.

Para bem compreendermos a relevância da teologia que o Concílio consagrou há que recuar à época do Concílio de Trento.

Este concílio além de dedicar várias sessões à formulação da doutrina sobre cada sacramento, dedicou uma em particular — a sétima — aos sacramentos em geral. Apesar disso, para além das indicações dogmáticas que se fizeram (instituição dos sete sacramentos por Cristo, sua necessidade para a salvação, sua eficácia *ex opere operatu*),

⁽⁵⁾ Idem, *ibidem*, p. 25.

nada de particularmente fecundo há a assinalar. O que se compreende dado o contexto em que o Concílio se realizou, mais de controvérsia que de aprofundamento.

A teologia da época da Reforma, apresentando em termos alternativos a relação palavra-sacramento, fé-sacramento, e optando decididamente em favor da palavra e da fé como veículos únicos da salvação, tinha fixado os termos da discussão conciliar.

Ao considerarmos hoje numa perspectiva de conjunto a teologia católica dos sacramentos em geral, que se desenvolveu desde o século XVI até aos começos deste século, compreendemos como estava influenciada pelos próprios limites da tradição teológica da Contra-Reforma. A sua intenção era apresentar de maneira categórica o que os protestantes punham em discussão, esquecendo o que eles não punham em discussão e que era também património da fé católica.

Daqui derivou uma dupla linha de estudos: uma, para demonstrar que o septenato sacramental era revelado, e outra destinada a demonstrar a causalidade sacramental.

A renovação da teologia sacramental deu-se num contexto de evangelização. E curiosamente foi o movimento litúrgico o primeiro e quicá mais importante elemento desta renovação. E isto na medida em que chamou a atenção para o mistério vivo da Igreja.

No curioso livro que escreveu sobre o Movimento litúrgico, Dom Bernardo Botte (que fala do que conhece) tem uma frase curiosa a este respeito. «Antes de mais nada, notemos que não se faz justiça ao movimento litúrgico julgando-o exclusivamente pelos detalhes da reforma litúrgica. Foi desde o princípio um movimento inspirado por uma certa visão do mistério da Igreja e exerceu grande influência sobre a teologia, mesmo fora do catolicismo»⁽⁶⁾.

Ao reafirmar que a vida litúrgica é o momento forte da vida da Igreja, e que os sacramentos são o clima da vida litúrgica, o movimento litúrgico chamava indiscutivelmente a atenção para o facto da dimensão cultural da Igreja, ou seja, para o seu carácter mistérico. A

⁽⁶⁾ BERNARDO BOTTE, *O movimento litúrgico*, S. Paulo, 1978, Ed. Paulistas, p. 196.

antiga doutrina dos padres (e vale a pena citar S.to Agostinho) segundo a qual os sacramentos engendram a Igreja, mas a Igreja também engendra os sacramentos, encontra aqui o seu lugar adequado. Ou seja os sacramentos são sinais, mas também sinais do sinal.

Começa aqui na reforma litúrgica o acabamento da coisificação dos sacramentos pela abertura do espaço de suas referências. São estas referências que fazem os sacramentos significar. Os sacramentos são acções de Deus na história, ou no «hoje» da salvação. E portanto o que significam fora duma Igreja evangelizadora ou sem sinais de serviço?

A escolha do termo Igreja, sacramento de salvação, como síntese da sua nomeação para hoje é de facto relevante.

A Igreja deveria já ter abandonado a coisificação sacramental. Esta escolha é o abandono da alternativa da época da reforma fé-sacramentos, e o caminho para o caminho de conversão que vai do mistério-sacramento-sinal. A Igreja é sacramento de salvação na medida em que revela, celebra e faz sinal para o mistério que a habita e que não é outro senão o mistério de Jesus Cristo.

3. Consequências desta noção para uma pastoral da fé

3.1 *No capítulo Igreja e Fé*

A Igreja, meio de acesso, ou grande mecanismo de causalidade de todas as coisas? Talvez aqui se possa pôr uma primeira questão importante para a evangelização e que sem dúvida é a questão de muitos dos nossos contemporâneos. Tão grande que poderíamos mesmo pô-la de maneira mais árida: Igreja, obstáculo ou sinal para a fé?

A relação da Igreja com a fé tem de ser considerada numa direcção dupla: por um lado a visibilidade da Igreja é indispensável, como a humanidade de Jesus, mas por outro lado essa humanidade, em que Deus habita como mistério revelante, faz sinal para a transcendência. Ou seja, crer na Igreja e crer a Igreja.

O que significa, em primeiro lugar, que toda a aversão frente à Igreja visível motivada pelo facto de ver nela apenas uma sociedade

humana, ainda que, possivelmente ao serviço do espiritual, não é consentânea com a fé. Mas significa também que olhar apenas para o invisível, independentemente do carácter mediador e sacramental da instituição eclesial, não reflecte, evidentemente, uma fé autêntica.

E isto pela simples razão que crer em Deus salvador significa também, se levarmos a sério o perfil da revelação, crer no seu desígnio de salvação, ou naquilo que se chama a economia da salvação.

Jesus de Nazareth, sabemos-lo hoje melhor pelos estudos da época de Jesus, foi pedra de escândalo, entre outras razões porque tinha um corpo, porque comia com os pecadores, porque dialogava com os estrangeiros (Mt. 11,6). E não é menor hoje a tentação dos judaizantes na Igreja e fora dela.

Há uma kenose de Jesus Cristo em sua humanidade, como diz S. Paulo na carta aos Filipenses, há também uma kenose de Deus na Igreja.

Nas relações Igreja e fé, acreditar e aceitar a fórmula Igreja sacramento de salvação significa aceitar a tradição e renová-la na fidelidade, fazer o diálogo da esposa com o seu Senhor e não o diálogo do escravo ou do estranho. Esta parte de estranho e de obscuro, que se encontra nas fórmulas históricas da Incarnação, faz parte do sacramentum ou do mistério da própria Igreja...

Ora aqui a liturgia, dando expressão a gestos e sinais, é um meio maravilhoso para através da mediação da Igreja revelar o Deus vivo.

A liturgia é realmente chamada a oferecer ao homem de hoje o mistério de Deus, sob o véu ou melhor através do véu duma realidade humanamente experimentável, como são os sinais.

E nesta medida a liturgia é efectivamente não apenas ponto de chegada da acção da Igreja, mas também ponto de partida, forma de aproximação de Deus, mas também forma de sua transcendentalização.

Como escreve o número dois da Constituição, «a liturgia contribui no mais alto grau para que os fiéis, pela sua vida, exprimam e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja» (7).

(7) Constituição sobre a Liturgia, n. 2.

3.2 *No capítulo do dinamismo missionário da Igreja*

A apresentação da Igreja como sacramento de salvação é funcional. Significa naturalmente a necessidade da Igreja para a salvação, mas também a necessidade que a Igreja tem de não fazer de si mesma um instrumento a «bourrer le crâne», mas antes a necessidade de se renovar para precisamente ser sinal.

Ao considerarmos a asserção: a Igreja é sacramento de salvação, queremos portanto dizer conjuntamente: a Igreja deve ser sacramento de salvação, ou seja conter em si o que significa.

Como organização de homens, como comunidade de crentes, esta Igreja deve naturalmente responder à pergunta que foi a mesma pergunta do Concílio: Igreja, que dizes de ti mesma?

Sacramento, isto é, antes de mais signo, ou sinal. Para o homem actual a Igreja é o paralelo de muitas sociedades actuais, como um partido, por exemplo, exactamente porque diz o mesmo noutra instância. Onde está a originalidade da Igreja? O que é que nela faz sinal em ordem a um outro universo de sentido? Como é que esta Igreja aponta para outras verdades?

Embora reconhecendo que aqui há os que tudo mudam para fazer sinal e os que absolutizam de tal modo a instituição que esta se transforma num absoluto, forçoso é reconhecer que a Igreja não pode, mesmo com as dificuldades da hora, deixar de acentuar que a sua qualidade de sinal é fundamental para a sua dimensão missionária.

Por ser sinal sacramental a Igreja é interpeladora do homem a quem foi enviada. Por outro lado a estrutura do sinal determina a sua recepção. Não se recebe um sinal para o qual o homem moderno não tenha semiótica.

Esta necessidade da fidelidade, por um lado, e da criatividade, pelo outro, dá origem a uma tensão. A reforma da Igreja não deve tentar nem iludir, nem eliminar esta tensão. Ela faz parte da natureza mais íntima do mistério da Igreja, como fez parte da natureza mais íntima do mistério de Jesus.

A Igreja não é estranha ao mundo, porque é intra-mundana. Mas também não é deste mundo, porque vive em tensão para o misté-

rio trinitário. Por isso mesmo, quando afirmamos que a Igreja é uma realidade inserida na história, há que ver o que queremos dizer: se queremos ou não dizer que a Igreja é a mão estendida de Deus para o mundo, e também uma comunidade de homens que incarnam este desígnio: sinais de salvação para este mundo ou, como diz a constituição sobre a Igreja, de união dos homens entre si e com Deus.

Não se pode afirmar, pois, desta perspectiva que a Igreja seja o reino de Deus. A Igreja é, melhor dito, sinal do reino de Deus que vem.

3.3 No capítulo da adesão pessoal à fé

A Igreja está naturalmente ao serviço da salvação, mas não como um mecanismo extrínseco ao homem. A incorporação na Igreja é expressão do retorno do homem a Deus, resposta cultural ao Deus da misericórdia e da graça.

Na Igreja a realidade salvífica aparece diante do homem, mas não como uma doutrina, meramente abstracta, antes como uma comunicação de graça.

A incorporação visível na Igreja é precisamente sinal de conversão livre, pessoal e interior. E por isso o conceito de Igreja/sacramento dirige-se ao universo da liberdade religiosa e da visibilidade dum escolha que é fruto dum interpelação e dum apelo.

3.4 No domínio da relação entre sinal significante e significado

Ao encararmos esta alínea deveríamos pôr-nos a pergunta: em que consiste o sinal do sacramento da Igreja? E ainda: qual é a realidade significada, invisível por si e que adquire particular relevo no sinal?

Esta realidade designa-se normalmente com o nome de graça, mas esta mesma realidade toma ao longo da tradição uma enorme variedade de nomes, coisa que a própria constituição sobre a Igreja consagrou ao adoptar uma forma descritiva, mais que uma definição.

Ao longo da história, a Igreja juntou vários elementos ao seu núcleo, perdeu uns, recuperou outros, estruturou aqui, relativizou além.

A Igreja é sacramento de salvação em sua relação ao invisível e em relação ao visível. A Igreja não é puramente pragmática, é também institucional. Simultaneamente não é só institucional, é também carismática.

A partir duma visão sacramental da Igreja haveria que corrigir os preconceitos dos que por dogmatismo nem sequer querem reflectir sobre ela mesma. Aos que adoram a organização e a institucionalização, impõe a relativização. Aos que adoram o individualismo, aos cristãos sem comunidade, diz que sem comunidade não há sinal.

4. Uma noção central

Este simples enunciado das vertentes desta noção prova que, sem uma profunda reflexão que o Concílio assumiu, não parece possível entendermo-nos sobre a Igreja e por conseguinte na Igreja.

A noção de sacramento é em primeiro lugar antropológica. E chamar a uma instituição sacramento significa dar prioridade à dimensão antropológica das instituições. No caso concreto do homem, como ser de transcendência, isto é como ser capaz de captar a transcendência na precaridade dum sinal.

O homem afirma-se nesta noção como ouvinte da palavra, para citar Rahner, e simultaneamente como capaz de pertencer visivelmente a uma comunidade e de dar testemunho nela.

Estamos aqui naturalmente muito longe quer da Igreja/Cristandade, quer da Igreja/apologética saída do Concílio de Trento. Esta noção, tirada da teologia e da vivência do Cristianismo primitivo, privilegia uma Igreja colocada diante dum mundo a evangelizar e diante do qual faz sinal.

CONCLUSÃO:

A liturgia, como sinal duma Igreja/sacramento

A liturgia é um dos espelhos da eclesiologia das comunidades cristãs. Queiram ou não, não é difícil verificar pela simples assistência a uma missa dominical, em que região estamos, ou de que Igreja se é sinal.

Se a noção sacramento é síntese das grandes linhas eclesiológicas do Concílio, então, a liturgia deverá ter três dimensões fundamentais: a de povo de Deus em oração, isto é a linha da participação; a de povo de Deus hierarquizado, isto é a linha da comunhão; finalmente a de povo de Deus em relação com o seu Senhor, isto é a linha da transcendência.

Assumirá então a liturgia a função de pedagogia da fé, segundo a fórmula tradicional: *lex orandi, lex credendi*.

ARNALDO DE PINHO